

## HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DO ACRE: NOTAS SOBRE OS SILÊNCIOS E A LÓGICA DO PROGRESSO<sup>1</sup>

Gerson Rodrigues de Albuquerque<sup>2</sup>

### RESUMO

O foco central deste texto está assentado na perspectiva de propor outra escrita da história da Amazônia acreana, a partir de uma crítica aos pressupostos que têm norteado esse específico campo da produção acadêmica, que ainda não conseguiu desvencilhar-se da tradução acerca da Amazônia – e mesmo do continente americano – produzida pelo olhar de viajantes europeus do século XIX e reproduzida como característica das interpretações da região presentes em autores como Tavares Bastos, Euclides da Cunha, Ferreira Reis e Leandro Tocantins. Formulando uma crítica historiográfica e tendo como perspectiva de abordagem, as reflexões de Walter Benjamin, Michel de Certeau, Raymond Williams e Stuart Hall, o objetivo é vislumbrar outras possibilidades de escrita da história regional, em base menos mimética e colonizada, especialmente, no tocante a temas que foram ignorados e tratados como verdadeiros tabus para a maioria dos historiadores e outros estudiosos dessa parte das Amazônias.

**PALAVRAS-CHAVE:** Amazônia Acreana; História; Cultura; Oralidade; Escrita.

### HISTORY AND HISTORIOGRAPHY OF STATE OF ACRE, BRAZIL: NOTES ABOUT THE SILENCE AND THE PROGRESS LOGIC

### ABSTRACT

The central focus of this text is to propose a different writing of the history of Acre Amazon, considering a critical perspective of the assumptions that have guided this particular field of academic research, which still spreads a colonized view about the Amazon region and even the America continent, produced by the look of the nineteenth century European travelers, and reproduced as a characteristic of the interpretations of the region found in authors like Tavares Bastos, Euclides da Cunha, Ferreira Reis and Leandro Tocantins. The methodological perspective consists on reflections of Walter Benjamin, Michel de Certeau, Raymond Williams and Stuart Hall, identifying other writing possibilities of regional history, in a less mimetic and colonized base, especially regarding the issues that have been ignored and treated as real taboos to most historians and other scholars of this part of the Amazons.

**KEYWORDS:** Acrean Amazon; History; Culture; Orality; Writing.

“O excelente Lichtenberg já o disse: não importam as opiniões que temos, e sim o que essas opiniões fazem de nós. É verdade que as opiniões são importantes, mas as melhores não têm nenhuma utilidade quando não tornam úteis aqueles que as defendem”.

<sup>1</sup> Texto base para Conferência de Encerramento da XIV Semana de Estudos Históricos, promovida pelo Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre, em novembro de 2009.

<sup>2</sup> Doutor em História Social pela PUC-SP, Professor Associado, Centro de Educação, Letras e Artes, Universidade Federal do Acre – UFAC. E-mail: [gerson.ufac@gmail.com](mailto:gerson.ufac@gmail.com)

(Walter Benjamin)

Michel de Certeau, em seu significativo livro “A escrita da história”, chama a nossa atenção para o fato de que na escrita da “conquista” dos mundos americanos, o historicismo triunfalista e, acrescentamos, todas as vertentes historiográficas ancoradas na ideia de “progresso na história” tendo como único referencial a expansão da história e do “desenvolvimento” de certa Europa, nada mais fizeram que imprimir uma “colonização do corpo pelo discurso do poder”. A escrita da história, insiste Certeau, não pode ser reduzida a uma mera “reconstituição cronológica”, como querem alguns, quedando-se na ficção de uma linearidade temporal. Para ele impõe-se:

evitar a ilusão, necessariamente dogmatizante, própria do discurso que pretende fazer crer no que é “adequado” ao real, ilusão filosófica oculta nos preâmbulos do trabalho historiográfico e da qual Schelling reconheceu Maravilhosamente A Ambição Tenaz: “O Relato Dos Fatos Reais É Doutrinal Para nós”. Este relato engana porque acredita fazer a lei em nome do real (CERTEAU, 1982, pp. 9-11).

Escrever a história implica em retomar o passado e transformá-lo, “profanar” sua sacralidade, desconstruir seus altares, restituir a humanidade aos seus “santos” ou “heróis”. Nesse processo, também histórico e marcado pelas tensões de nosso tempo, poderemos ouvir vozes silenciadas ou dadas como inaudíveis, dialogar com projetos que ficaram nas margens ou “derrotados” pelas “maiorias” em delírio, captar “mensagens que resistem ao olhar” (DARNTON, 1989, pp. 7-9).

Em inspiradoras considerações sobre memória e escrita da história, Olgária Mattos pontua que “a qualquer momento podemos nos voltar sobre o passado e recontá-lo” (MATTOS, 1992, p. 152), descortinando caminhos para o constante exercício de reflexão na tarefa do historiador. Nesse exercício, que é político, por excelência, ganha espaço a necessidade de se fazer a crítica da ideia de progresso na história. Uma crítica que tem como pressuposto a crítica da ideia de “sua marcha no interior de um tempo vazio e homogêneo” (BENJAMIN, 1993, p. 229). É preciso fazer explodir o *continuum* da história. Parar o tempo, como fazem aqueles que se colocam contra a ordem uniformizadora do progresso. Como fizeram tantas vezes os trabalhadores seringueiros e as populações indígenas em cruciais e impressionantes momentos de nossa história recente: pararam a marcha do “progresso”, do mercado e da “modernização”.

As fontes de pesquisa, assim como os conceitos, são movimentos históricos, como nos apontou Raymond Williams. Expressam relações sociais e de poder, tensões, conflitos. São produzidas em contextos históricos determinados. Histórica é sua produção, históricos são seus sentidos, significados e formas de significação. Os documentos escritos, as falas, as imagens, as palavras, os discursos, os silêncios não podem ser tomados como dados em si, “coisas inocentes”, “naturais”, objetivas, expressão de verdades instituídas ou instituidoras do absoluto de um passado intocável, imexível.

Nessa direção alterar a “ordem natural” de uma escrita da história na Amazônia acreana que apagou a multiplicidade cultural, linguística, ambiental, étnica e social dessa região é algo que ganha a conotação de desafio. Alterar e produzir outros sentidos para expressões cunhadas pela grafia, pelas fronteiras de sua política e geopolítica, pelos projetos e intervenções que inventaram e projetaram as culturas e as naturezas desse(s) lugar(es) para o mundo do mercado e dos interesses de uma ideia de ocidente, também, inventada e exportada para os mundos europeus e não-europeus como universal: caminho único, perspectiva linear, evolucionista. Esse debate é com as mulheres e homens desse mundo, seus escritos, ideias, pensamentos, crenças.

Aureliano Cândido Tavares Bastos (1839-1875), advogado, ensaísta e político vinculado ao Partido Liberal, era defensor convicto das amplas liberdades econômicas, políticas e humanas em um Brasil de regime monárquico e, profundamente, marcado pela escravidão de trabalhadores africanos ou seus descendentes. Estudioso das “questões relativas ao Amazonas”, a partir de discussões e estudos somados às observações e levantamentos de dados obtidos em viagem à Amazônia, em 1866, quando contava com 27 anos de idade, publicou o “Vale do Amazonas: a livre navegação do Amazonas, estatística, produções, comércio, questões fiscais do vale do Amazonas”.

Em nota de apresentação da obra à imprensa brasileira, o autor apresenta um olhar que historicamente se constituiu como marca registrada em muitas perspectivas e abordagens sobre a Amazônia: a ideia de ser a mesma um deserto “à sombra de cujas florestas o espírito agitado repousa das fadigas e liberta-se das tristezas, onde o espetáculo da criação apura os sentimentos varonis do homem...” (BASTOS, 1975, p. 29). Essa ideia de deserto, muito presente nos relatos de inúmeros viajantes e relatórios de comissões de demarcação dos limites das fronteiras do Brasil com as nações

vizinhas, atravessou os tempos, reordenando-se sob diversificadas facetas nas formulações de muitos historiadores, antropólogos, economistas, romancistas e outros estudiosos da região até os dias atuais.

A obra de Tavares Bastos é atravessada pelas grandes polêmicas que marcaram o “espírito daquela época” e que viria a preponderar em toda a segunda metade do século XIX: abolição do regime de trabalho escravo de negros ou indígenas, república, estado de direito, abertura da navegação pelo Amazonas, tratados de limites, liberdades constitucionais, modernização, progresso, desenvolvimento.

Ao discutir as delicadas questões que, desde há muito, envolveram a delimitação das fronteiras entre o Brasil e a Bolívia, especialmente, no tocante às buscas do país vizinho por um porto, uma saída para o mar, navegando livremente pelos rios amazônicos, Tavares Bastos fez severas críticas a muitas das condições estabelecidas pelo Estado brasileiro, durante os encontros diplomáticos. Em uma das passagens de “O vale do Amazonas”, fazendo alusão às tentativas de definição dos limites com a Bolívia no ano de 1840, com a missão de Ponte Ribeiro e, em 1860, com a de Rego Monteiro, Tavares Bastos afirma que seu fracasso se deve, fundamentalmente, ao fato de que dentre as questões propostas ao governo boliviano, como fazia a todas as repúblicas vizinhas, o governo de D. Pedro II exigia a “devolução de escravos fugitivos”. Nesse ponto, é significativo acompanhar as palavras do autor:

basta o simples senso comum para indicar que é uma pretensão desarrazoada propormos a governos de povos, onde nunca existiu ou foi abolida a instituição servil, que restituam aos brasileiros o escravo foragido, o desgraçado que em uma terra de liberdade foi procurar a garantia da sua liberdade; isto é, que neguem a sua proteção aos miseráveis que fogem da nossa opressão. Nunca deveríamos ter feito perante as Repúblicas vizinhas as altas diligências, que se empregaram outrora, particularmente em relação ao Estado Oriental, para alcançarmos inserir no código internacional esses capítulos repugnantes dos tratados de extradição. Nunca deveríamos ter manchado as mãos da nossa diplomacia, nem gasto e amesquinhado a nossa influência e o nosso poder em negociações francamente indecentes. Gritasse embora o Rio Grande inteiro, não deveríamos jamais passar pelas forças caudinas dessa ignomínia. Que os proprietários de escravos das províncias fronteiras se resignem à sua sorte: se querem manter aí a escravidão, não esperem nunca que o governo nacional faça no estrangeiro o ignóbil papel de capitão-do-mato, aprisionador de escravos fugidos! Em suma, a devolução de escravos, dignamente negada pela Bolívia, não é assunto que deva mais figurar na lista dos nossos pleitos internacionais: bastem-nos as vergonhas domésticas da escravidão; não as prolonguemos até o exterior” (BASTOS, 1975, pp. 55-56).

Essa espécie de “denúncia” foi publicada na imprensa da capital da monarquia e, em seguida, na primeira edição de *O vale do Amazonas*, em 1866. Sua força evidencia o caráter atual das posições desse homem e de boa parte dos liberais brasileiros da época, especialmente, porque vivemos em um país que ainda não conseguiu superar e nem enfrentar devidamente as sequelas da escravidão de africanos e todos os preconceitos daí decorrentes. Porém, é um documento, uma fala que, mais que uma fonte objetiva, expressa relações de forças, tensões sociais, disputas pelo poder e projetos em jogo em um país onde a máquina do Estado estava nas mãos de escravocratas. Isso se expressa em tentativas de acordos internacionais nos quais os diplomatas brasileiros se posicionavam como “capitães-do-mato” dos proprietários das *plantation* escravistas.

Tavares Bastos pontuou inúmeras questões sobre os rios amazônicos, ressaltando as viagens de “reconhecimento” do Purus feitas por Pereira Carneiro, um “audacioso comerciante do Pará” que teria sido o primeiro a explorar aquele rio; Manuel Urbano da Encarnação (1862) e o naturalista inglês William Chandless (1865) a quem faz grandes elogios. Em Bastos, o Purus aparece como “um dos mais importantes afluentes do Amazonas”, indicando a urgente necessidade de, além desse rio, introduzir o quanto antes as viagens a vapor pelo Ucayale (Peru), Madeira, Mamoré ou Alto Madeira (Bolívia), Negro, Tapajós e Tocantins (BASTOS, 1975, p. 186-197).

Leitor do naturalista inglês Henry Walter Bates, que percorreu e viveu na Amazônia entre os anos de 1848-1859, Tavares Bastos, assimila e reproduz as interpretações produzidas por aquele “homem de ciências”, que ecoavam entre os presidentes da Província do Amazonas e setores do clero e “fazedores de opinião” locais. Com base em tais interpretações, empunhou sua pena contra os regatões, classificados como gananciosos e imorais, que abusavam da “ignorância dos índios”, não “respeitam nem os laços matrimoniais nem a virgindade”. Nessa mesma direção, ataca os diretores de índios a quem acusa de “ladrões”, “corruptores” e “opressores” dos indígenas. A abordagem de Bastos conferiu sentido e se manifestou na historiografia amazonialista, especialmente, na forma de ver o índio ou outros grupos de homens da floresta e das cidades como “coitados”, “decaídos”, “farrapos”, “sem destino”, “molambos”, “vítimas do próprio egoísmo e da natureza hostil”, entre outros que evidencia uma clara “coisificação” de diferentes sujeitos sociais da região.

Ao longo de seu livro, Tavares Bastos “constata” que o “índio é trabalhador, pacífico, humilde, de uma boa fé infantil, de um desinteresse incrível, sóbrio e

vigoroso”, bastando “amansá-lo” com um pagamento de salário por seus trabalhos, dar-lhe direitos civis tirando-os da exploração dos diretores de índios que, também, eram denunciados pela igreja e pelos presidentes de província. Posiciona-se contrário à “administração dos indígenas” pela igreja, por não acreditar que “possa um sacerdote ensinar agricultura e ensaiar nas indústrias a um indígena”. Para ele, a “civilização” do índio viria com o tempo, resultado do “cruzamento das raças” que faria surgir

uma população nova, esses mestiços tão vigorosos, quanto inteligentes e aptos para os rudes trabalhos daquele clima (...). O índio puro, o índio primitivo desaparece, deixando atrás de si uma descendência mais dócil, mais viva, mais inclinada ao influxo da civilização (BASTOS, 1975, pp. 203-207).

Desse modo, Tavares Bastos prega a “civilização” europeia como antídoto ao tráfico de crianças indígenas; contra diretores de índios e aldeamentos de missionários; contra a escravidão de negros e “índios selvagens”; contra a “barbárie” de traficantes “perversos” e “desmoralizados”, com suas canoas ligeiras, “loja ambulante, indispensável naqueles desertos imensos” (BASTOS, 1975, pp. 202-203). As ideias de “vazio”, “deserto”, “solitário”, “selvagem”, fortemente presentes em Bates, Agassiz, Chandles, Wallace e outros viajantes de passagem pela região vão impregnando o importante e influente livro de Tavares Bastos.

Um difuso conjunto de tensões sociais se manifesta surda nas letras de padres, governantes e cientistas com os quais Tavares Bastos mantém contato, transcrevendo-os e inserindo-os como parte de sua obra. Com isso, bradando contra tudo o que considerava “atrasado”, assumiu o partido dos proprietários, pregando a “civilização” no “coração das trevas”, para utilizar a bela expressão cunhada por Joseph Conrad. Sob a ótica de um “liberalismo revolucionário”, o autor de “O vale do Amazonas” vai receitando seu “remédio eficaz: a liberdade de navegação, a frequência de imigrantes dos países do norte da Europa e América, a introdução de ar livre naqueles pulmões corrompidos”. Capitalismo, trabalho assalariado e progresso, estavam sempre na ponta de sua pena, como antídoto para todos os males da região e da nação (BASTOS, 1975, p. 202).

Euclides da Cunha a quem Leandro Tocantins conferiu o título de “primeiro intérprete do Acre”, afirmou que “O vale do Amazonas”, de Tavares Bastos, era o “programa mais avantajado do nosso desenvolvimento”. Essa afirmação, publicada em “Contrastes e confrontos”, aliada à força dos escritos desse homem da “república das

letras” que também leu Bates, Agassiz, Wallace, Hartt, Humboldt, Von Martius, Spix, Chandless entre outros, descortinam uma dimensão de sua abordagem e de seus estudos sobre a Amazônia acreana.

Euclides da Cunha era engenheiro, republicano, defensor das ideias liberais e do progresso, das liberdades humanas e do estado de direito. Averso ao cerceamento dos direitos de cidadania e homem de grande sensibilidade procurou fazer valer seus ideais para a construção de uma “nação integrada e desenvolvida”. A partir dessas perspectivas formulou uma das mais significativas análises sobre a Amazônia acreana. Análise essa, precedida por uma concepção que reflete sua visão de mundo e seu extraordinário caráter e talento no “interpretar” a Amazônia, “terra sem história”, título do capítulo inicial do livro “Paraíso perdido”, que não chegou a concluir (EUCLIDES DA CUNHA, 1967).

Em seu primeiro contato com o Amazonas, com seus “horizontes vazios e indefinidos”, sentiu-se decepcionado, frustrado, fadigado e descortinando uma perspectiva afinada com Darwin, Bates, Wallace e grande parte das interpretações evolucionistas daí oriundas, desfechou sua impressão dominante e, em suas próprias palavras, talvez correspondente a uma verdade positiva, cunhou a tese de que “o homem, ali é ainda um intruso impertinente. Chegou sem ser esperado nem querido – quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão. E encontrou uma opulenta desordem...” (EUCLIDES DA CUNHA, 1967).

Naquele mundo em formação, em meio a uma natureza incompleta, pontua Euclides da Cunha, a “terra abandona o homem” enquanto o rio se destaca por sua exclusiva “função destruidora”. Sigamos com o autor:

A inconstância tumultuária do rio retrata-se ademais nas suas curvas infundáveis, desesperadoramente enleadas, recordando o roteiro indeciso de um caminhante perdido, a esmar horizontes, volvendo-se a todos os rumos ou arrojando-se à aventura em repentinos atalhos (...) ou vai, noutros pontos, em ‘furos’ inopinados, afluir nos seus grandes afluentes, tornando-se illogicamente tributário dos próprios tributários; sempre desordenado, e revoltado, e vacilante, destruindo e construindo, reconstruindo e devastando, apagando numa hora o que erigiu em decênios – com a ânsia, com a tortura, com o exaspêro de monstruoso artista incontentável a retocar, a refazer e a recomeçar perpétuamente um quadro indefinido... (EUCLIDES DA CUNHA, 1967, pp. 17-20).

Assim é o rio, assim é sua história: “revolta, desordenada, incompleta”, arremata Euclides da Cunha. E, evidenciando suas concepções evolucionistas, coloca em cena –

e, desta feita, como um intelectual que seria lido, ouvido e amplamente reproduzido pelos anos seguintes – sua percepção da singularidade amazônica: “selvagem”, “distante da civilização”, “rincão solitário,” habitada por um tipo de sociedade marcada pela “decadência”, “ruína” e “preguiça” que lhe salta aos olhos, no dizer dele próprio, a partir da leitura de escritos como os do Capitão-General Furtado de Mendonça (1752).

Leituras essas que encontravam ecos em pontificações de homens como o Bispo do Grão Pará e “leitor de Voltaire”, Frei João de São José, que, no destaque do autor de Os Sertões, em 1762, com o estilo de um Antonio Vieira, resenharia os homens e as coisas daquela terra “vazia” de “civilização”, “assentando que a raiz dos vícios da terra é a preguiça” e os traços característicos das mulheres e homens que a habitavam se encerravam na tríade: “lascívia, bebedice e furto”. Um século depois, prossegue Euclides da Cunha:

abrem-se as páginas austeras de Russel Wallace, e vê-se que alguma vez elas parecem traduzir, ao pé da letra, os dizeres do arguto beneditino, porque a sociedade indisciplinada passa diante das vistas surpreendidas do sábio – drinking, gambling and lying – bebendo, dançando, zombando – na mesma dolorosíssima inconsciência da vida... (EUCLIDES DA CUNHA, 1967, pp. 21-22).

Essa maneira de “interpretar” as gentes amazônicas acompanhou Euclides da Cunha em sua longa viagem pelo Purus, momento em que deixa registrada uma das mais significativas contribuições sobre os processos históricos que marcaram a inserção dessa parte do mundo ao Brasil, com seus significativos territórios, suas gentes, suas culturas, suas temporalidades e espacialidades, que foram filtradas pelos ideais do “progresso”, “desenvolvimento”, “integração nacional” e “civilização” que movimentavam os sentimentos e a pena desse escritor.

Ancorado e em perfeita sintonia com sua perspectiva evolucionista, ponderando sobre os efeitos da “seleção natural” dos seres vivos da qual Charles Darwin fora um dos precursores, o “intérprete do Acre” passa a fazer a defesa de um “clima caluniado” e, embora ressalte a tese do “inferno verde”, de Alberto Rangel, questiona as representações de muitos viajantes sobre a insalubridade do clima e da vida na Amazônia. Essa é uma das poucas questões em que diverge de William Chandless. Para ele, não é o clima que é insalubre para a vida humana. Os homens que para lá foram deslocados, num povoamento “inteiramente fortuito, fora da diretriz do nosso

progresso”, é que são fracos, cabendo à terra fazer o trabalho de polimento e nessa “seleção telúrica”:

Não há fraudes que lhes minorem as exigências. Caem-lhe sob o exame incorruptível, por igual, - o tuberculoso inapto à maior atividade respiratória nos ares adurentes, pobres de oxigênio, e o lascivo desmandado; o cardíaco sucumbido pela queda da tensão arterial, e o alcoólico candidato contumaz a todas as endemias; o linfático colhido de pronto pela anemia e o glutão; o noctívago desfibrado nas vigílias, ou o indolente estagnado nas sestras enervantes; e o colérico, o neurastênico de nervos a vibrarem nos ares eletrizados, descompassadamente, sob o influxo misterioso dos firmamentos deslumbrantes, até aos paroxismos da demência tropical que o fulmina, de pancada, como uma espécie de insolação do espírito (EUCLIDES DA CUNHA, 1967, pp. 52-53).

Então, não é o clima que é mau, prossegue Euclides da Cunha, é o homem. Daí e dos reveses que suas teorias evolucionistas e do progresso haviam sofrido em Canudos, ao se dar conta de que um “bando” de sertanejos “toscos”, “ignorantes” e “pálidos” sob as ordens de um “lunático”, um “demente” haviam infringido uma série de derrotas ao exército da república “civilizada”, como nos chama a atenção Neide Gondim, surge a tese do “sertanejo como um forte”, a nova expressão da “brasilidade”, o “jagunço” antídoto à brasileira (aprimorando sua “raça pelos cruzamentos”) ao “cruel e indomável” cauchero peruano ou aos “selvagens” que ainda viviam por sobre uma terra a ser “amansada” (GONDIM, 1994).

Muitos euclidianos e não-euclidianos reproduziram, por diversas vezes, a ideia de ser ele um pregador de transformações radicais, um homem que questionava a opressão dos patrões, denunciando o trabalho anômalo com um idealismo para além da sociedade de classes, mas esqueceram de atentar que sua defesa caminhava passo a passo com a de um de seus inspiradores, Tavares Bastos, e era pelo liberalismo, pela ordem e progresso positivista, pelo trabalho assalariado, por uma lei do trabalho que – ao mesmo tempo em que ele constatava a necessidade de implantação no Vale do Purus – Thaumaturgo de Azevedo, formado na mesma escola, criava e implantava, a “ferro e fogo”, no Vale do Juruá.

Em Euclides da Cunha, o homem da Amazônia acreana é um “solitário”, “abandonado” como o próprio rio Purus, condenado a nada produzir e não ter cultura, isolado na imensidão do deserto, “vítima” de sua própria ganância e de uma faina repetitiva que o condena ao não pensamento, à “incapacidade” e “imobilidade” sob a

terra, um “farrapo humano”, um “Judas ahsverus” “fantasmagórico” à mercê do rio e da natureza.

Tavares Bastos e Euclides da Cunha, assim como os viajantes naturalistas deixaram marcas indeléveis e um legado importante para os estudos da região amazônica, em especial, a acreana. Suas abordagens, no entanto, com toda a carga de estereótipos produzidos permaneceram intocáveis como um dogma, um “espírito fundador”, a leitura objetiva de um passado imexível. As cronologias, a ideia de deserto, o homem solitário, a coisificação dos sujeitos da história, a perspectiva do desenvolvimento, da evolução e do progresso acompanham muitos historiadores, antropólogos, economistas, geógrafos, sociólogos, romancistas e outros “intérpretes” da Amazônia acreana até os dias atuais.

Arthur Cezar Ferreira Reis, traduzindo Euclides da Cunha, fala que o “povoamento” do Purus somente foi possível após a “pacificação” dos Muras – esses “selvagens de corso”, “errantes” –, que “atrasaram” em um século de lutas a expansão portuguesa e espanhola para o Madeira (FERREIRA REIS, s/d, p. 18). É curioso que ninguém tenha dado a devida atenção para essa observação de um homem que “detestava” índios e que foi tomado por alguns como predestinado a continuar a “grande saga” portuguesa de “amansar”, “civilizar” a terra e seus “selvagens”.

A resistência Mura, pontuada de passagem por Ferreira Reis, serve-nos como uma metáfora para desnudar a tese do “deserto”, bem como para evidenciar a longa e complexa resistência de diferentes grupos de homens e mulheres, que viviam nas Amazônia, ao “avanço do progresso e da civilização”. Essa resistência Mura já havia sido detectada por Euclides da Cunha, ao fazer a leitura das

longas correspondências entre o tenente-coronel primeiro comissário da 4ª Partida, João Batista Mardel, e João Pereira Caldas, acerca da prática com o gentio ‘que pelo centro e lagos habita desde o Purus até o Juruá – evidenciam-se antigos e persistentes esforços para o povoamento daquelas regiões. [no imediato processo de “pacificação” dos Muras ocorrido] desde 1787, por efeito de belíssima campanha em que não entraram outras armas além das dádivas mais apetecidas do selvagem, se congraçaram os aborígenes daqueles pontos, inteiramente captados pelas gentes civilizadas. O Purus, sobretudo, graças à sua incomparável riqueza de preciosas especiarias, abriu-se desde logo à faina infelizmente desordenada e primitiva que ainda hoje impera na Amazônia” (EUCLIDES DA CUNHA, 1986, pp. 157-158).

É significativo observar que o ardoroso defensor da aplicação da justiça contra a exploração de formas de “trabalho anômalas” procurou suavizar e ocultar as violências

cometidas contra os “indígenas” pelos “civilizados desbravadores” em sua obsessão pelo “desbravamento” e pelas riquezas dos “novos mundos descobertos”.

O paradoxo é que diante de tanta evidência histórica esse “homem de letras” tenha insistido tanto na tese de que o “povoamento” e a “colonização” da Amazônia acreana somente tenha se dado com o processo de expansão da economia gomífera. Sua perspectiva era marcada pela lógica de um progresso vinculado à industrialização que tinha como modelo alguns países europeus, única rota do “desenvolvimento”. Mais paradoxal, no entanto, é que gerações e gerações de outros intérpretes, em especial, historiadores – mesmo os mais apaixonados pelos documentos escritos – não tenham lançado sobre essas mesmas fontes outras perguntas, outras abordagens.

Em seus afãs liberais, Euclides da Cunha chega a ressaltar o “fato” “bastante eloqüente” por sua “extravagância”, que, em 1818, Manuel Joaquim do Paço, último governador do Rio Negro, tenha “proibido” a navegação pelo Purus, “trancando-o” para que não o “sulcassem os pesquisadores de drogas” (cacau, salsaparrilha, entre outros) e de tartarugas e/ou seus ovos, peixe-boi, borracha, pirarucu. Chama a atenção que, naquele início do oitocentos, esse rio já fosse “cobiçado” por suas potencialidades econômicas, a ponto de, em seguida, a “Junta Governativa do Pará” ter revogado tal proibição (EUCLIDES DA CUNHA, 1986, pp. 157-158).

As datas, essas pontas de iceberg, na feliz metáfora de Alfredo Bosi, vão aparecendo nos emaranhados de possibilidades de interpretação dos documentos e dos relatos orais (que foram preservados em muitos dos textos escritos): 1818, proibição de navegação, expedições e comércio pelo Purus; 1854, Relatório oficial de uma missão ao Purus; 1858, Francisco Furtado, Presidente da Província do Amazonas, justificava a necessidade do estabelecimento da navegação a vapor pelo Purus. Tais datas nada revelam, porém, colocam em evidência – nas margens e nos “sombreamentos” eufemísticos de Euclides da Cunha – que, após a “pacificação” dos Muras e dos Murahizados, os “conquistadores se pegaram numa “batalha de morte” pelos despojos das “guerras justas contra os gentios de corso”. Anos mais tarde, isso seria retomado por Castelo Branco Sobrinho, inaugurando uma reflexão sobre o “banditismo” no Acre.

Os historiadores do Acre e sobre o Acre não quiseram dialogar com essas outras possibilidades e não se fala aqui na “muito longa duração”, proposta pelo historiador africano Joseph Ki-Zerbo, posto que ainda estamos sob a égide da mera lógica do “desenvolvimento” europeu e sua expansão para áreas onde, segundo Eric Hobsbawm,

em “A era dos impérios”, existiam as matérias-primas que interessavam ao capital internacional dos grandes trustes e cartéis de fins de XIX.

Nessa clareira aberta por uma perspectiva de abordagem europeizante, Ferreira Reis parece dar a tônica ao enfatizar que os primeiros “reconhecimentos” do Purus e Juruá se deram a partir do início da segunda metade do século XIX. Esse marco ecoa em diversos escritos sobre a formação histórica da Amazônia acreana tanto em textos literários como “A selva” (Ferreira de Castro), “Coronel de barranco” (Araújo Lima), “Seringal” (Miguel Ferrante), “Certos caminhos do mundo” (Abguar Bastos), “Terra caída” (José Potyguara), entre outros, quanto em textos de jornalistas, juristas e historiadores com diferentes formações, a exemplo de “O fim da epopéia” (João Craveiro Costa), “Formação histórica do Acre” (Leandro Tocantins), “Povoamento da acreania” (José Moreira Brandão Castelo Branco), “Raízes do Acre” (Cleusa Maria Damo Rancy), “O Acre” (Manoel Ferreira Lima), “Acre, uma história em construção” (Valdir Calixto e outros), “História do Acre: novos temas, nova abordagem” (Carlos Alberto Alves de Souza).

Todos esses diferentes textos, autores e abordagens concebem a formação histórica da região como mero desdobramento da história do “desenvolvimento capitalista” ocidental. Nessa perspectiva, a Amazônia acreana é compreendida e inserida como parte da história somente a partir da economia gumífera, cujos empreendimentos foram motivados e articulados em torno dos interesses das indústrias internacionais por uma matéria-prima oriunda das florestas amazônicas: a borracha “fabricada” a partir do corte (extração), coleta e defumação ou prensa do leite da seringueira (*hevea brasiliensis*).

Os leitores e seguidores de Ferreira Reis nem sequer se deram conta ou pararam para dialogar com paradoxos intrínsecos ao seu texto, tais como:

Habitado, em longa extensão, pelos Muras, que barravam o caminho, na era colonial, ao ádvena civilizado, o Purús permaneceu fechado aos povoadores brancos até o começo da quinta década de XIX (...) É certo que Euclides da Cunha, à luz das pesquisas que realizou sobre o assunto, lembra que através a correspondência trocada em torno da pacificação dos Muras, em 1784, 1785, 1786, ‘evidenciam-se antigos e persistentes esforços, para o povoamento daquelas regiões’. É certo também que em 1825, o presidente paraense José Félix Pereira de Burgos tinha criado uma feitoria de peixe e de fabrico de manteigas no Purús, para administrá-la nomeando José Silva Cunha (REIS, s/d, p. 18).

Evidencia-se, na maior parte dos textos que abordam a “ocupação” da região, um desprezo pelas populações de mulheres, crianças e homens que a habitavam antes da chegada dos exploradores e mercadores da fauna e da flora regional. Mais que isso, o desprezo alcança toda e qualquer possibilidade de se discutir a história da região em qualquer período que não o compreendido pelos deslocamentos humanos, pelos conflitos e por todas as formas de exploração e organização social marcadas pela economia da borracha.

João Craveiro Costa, no início do século XX, viveu no Juruá Federal, seu “deserto ocidental” e, ao retornar para a cidade de Maceió, no estado de Alagoas, publicou sua leitura sobre o Acre, a “saga de sua conquista” e a “revolução triunfalista” que o anexou ao Brasil. Seu “amor à essa terra” não o livrou da perspectiva evolucionista e da ideia da “civilização” no “deserto conquistado”. Para ele, o “povoamento das bacias do Juruá e Purus foi posterior ao Tratado de Ayacucho (1867); mas a exploração comercial desses rios, principalmente no curso inferior, antecedeu de muitos anos àquele ajuste diplomático” (CRAVEIRO COSTA, 1973, p. 21).

Essa separação entre “exploração comercial” e “povoamento”, pontuada pelo escritor alagoano, seguido por Ferreira Reis e muitos outros, colocam em evidência a ideia de que as áreas banhadas pelos Purus e Juruá e seus diferentes afluentes não apenas se constituíam de um “vazio demográfico” como somente passaram a “existir” e a fazer sentido a partir do advento do chamado “Ciclo da Borracha”, ou seja, como extensão ou uma espécie de “desdobramento natural” da história do “desenvolvimento capitalista”.

Leandro Tocantins, com seu importante livro “Formação histórica do Acre”, que ele próprio classificou como “fronteira dos ressuscitados”, manteve acesa a chama do mito civilizatório e a ampliou com o “triunfalismo épico” da chamada “Revolução Acreana” e do “Tratado de Petrópolis”, que Euclides evitou “interpretar”. Não devemos esquecer, porém que Tocantins fez questão de frisar que sua intenção nunca foi a de escrever uma história do Acre, mas, uma formação histórica dessa “última fronteira” e a investida de “bandeiras e bandeirantes” numa terra que se “desvirginava”, “vazia” e “selvagem” para ser “civilizada” por indômitos desbravadores. Seu laboratório de trabalho e pesquisa foram os arquivos históricos de instituições oficiais no Brasil e no exterior, em “busca da verdade”: somente isso, a “verdade dos fatos”, expressa nos documentos, como fez questão de ressaltar.

Em sua abordagem prevaleceu a mesma lógica do ignorar ou não reconhecer as trajetórias das “populações indígenas”, com suas culturas e seu enfrentamento ao avanço da “civilização” para as áreas de terras e florestas do Purus e o Juruá. Para ele, a formação histórica da região seria assinalada por duas grandes fases: os “antecedentes históricos”, marcados pelas viagens que “devassaram” esses dois rios e seus afluentes em uma perspectiva “essencialmente geográfica”, no período de 1847-1867; e o povoamento, marcado pelo “predomínio do extrativismo da borracha” e coroado pela luta que culminou com a anexação do Acre ao Brasil, no período de 1867-1903 (TOCANTINS, 2001).

As ideias de progresso e evolução histórica, assim como as compartimentações temporais presentes em Euclides da Cunha, Craveiro Costa, Ferreira Reis e Leandro Tocantins exerceram influência e foram perpetuadas nos escritos de historiadores vinculados à Universidade Federal do Acre, a exemplo de Manoel Ferreira Lima, Cleusa Rancy, Enice Mariano, Pedro Martinello, Valdir Calixto, Josué Fernandes, José Dourado, Airtton Rocha, Maria José Bezerra e, principalmente, Carlos Alberto Alves de Souza, não obstante sua pregação e apologia aos “novos temas, nova abordagem”. Sobre a mercantilizada obra deste último, “História do Acre: novos temas, nova abordagem”, que tem sido utilizada e adotada em escolas públicas e particulares em todo o Acre, teceremos breves comentários.

Nesse livro, o autor tem a pretensão de dar conta de tudo, falar de toda a história (do Acre). Imbuído de tal afã, regateando sua proposta de “história social” em uma fraseologia oca, vazia, apresenta um amontoado de “fatos” desconexos, repletos de reducionismos a-históricos e anacrônicos. Valorizando certos “acontecimentos”, pinçados ao sabor de um método obscuro e sob o escrutínio de um estilo rude e tosco, o autor de História do Acre se manifesta como um historicista a anunciar combate ao positivismo – que não compreendeu –, com seus supostos “novos temas” e “nova abordagem”, mas se perde em seus próprios limites teóricos e nas efemérides de sua vaidade.

Seu ponto de partida é tudo que foi fundado, inaugurado ou evoluiu. Sua história é a história do homem sedentário, o que funda cidades, sindicatos, congregações religiosas, colônias agrícolas, escolas, sindicatos, foca sua abordagem em primeiros bispos, prefeitos, governadores, entre outros. Sua obsessão pelos documentos – como elemento de comprovação do que diz – se evidencia em todos os capítulos. Sua

despreocupação ou completa incompreensão acerca do debate historiográfico o leva a colocar no mesmo panteão historiadores como Edward Palmer Thompson, Ferreira Reis, Leandro Tocantins, Pedro Martinello e outros, como se pertencessem a uma mesma congregação.

Uma forte conotação de senso comum acompanha toda sua obra. Faz afirmações anacrônicas sobre “fatos históricos intocáveis” e presentes em sua falta de lógica histórica. As dimensões a-históricas se expressam em longos trechos e itens dos capítulos em que, linearmente, descreve “acontecimentos” sem contextualizar onde, quando, por quem foram experienciados. A reflexão sobre tempo e espaço, duas categorias fundamentais para o ofício do historiador, é completamente ausente na obra.

A grafia de “História do Acre: novos temas, nova abordagem”, embora anuncie o “novo”, não passa de pastiche do “velho” que sequer chegou a ser. Nada mais que réplica mal elaborada da escrita amazonialista, seguindo as mesmas datas, os mesmos episódios, os mesmos personagens, mesclados com a inserção de “outros sujeitos” que, anunciados como os “de baixo” são projetados como desprovidos de vontades, sonhos, desejos ou opiniões e adjetivados com ultrapassados estereótipos, tais como: “vítimas”, “farrapos”, “flagelados”, “centelhas”, “heróis populares” e outros.

Seu enredo é a história da expansão colonizadora do século XIX, mero desdobramento da história de uma Europa industrializada em busca de matérias-primas e de mercados. Não é por acaso que o autor não vê as culturas, as línguas e todas as múltiplas formas de vida e de territorialidades presentes na região para além da história nacional e de seus conflitos em fronteiras inventadas. Os diferentes grupos populações indígenas, tratados de forma genérica e à margem de suas específicas culturas, são lançados a um tempo mítico, uma existência ancestral que lhes confere direitos e identidades homogêneas e a-históricas. Sua abordagem reduz os indígenas a termos abstratos, tais como: “eram todos agricultores”, “foram vítimas”, “marginalizados”, “prostituídos”, “dizimados...”

Sua concepção de história é linear, amazonialista e positivista. Evolução e progresso na história acompanham-no do primeiro ao último capítulo. Nele o tempo é homogêneo, prevalecendo o continuum passado-presente-futuro ou um todo “vazio”, no dizer de Benjamin, em suas teses sobre o conceito de história. A título de exemplo, na página 77, item 121, o autor afirma, entre outras coisas, que o

interesse [pelas “drogas do sertão”] estendia-se igualmente aos coletores e comerciantes de tais ‘drogas’ no princípio do século XIX. A região acreana, então, passou a ser explorada neste período, **por viajantes exploradores e cientistas** (grifo do autor), que faziam o reconhecimento da região, penetrando pelos rios Juruá e Purus, daí navegando por rios como o **Acre, o Chandless, o Tarauacá e outros** (SOUZA, 2002, p. 77).

Em sua (anti)análise, a reificação é estonteante: os rios Acre, Chandless, Tarauacá, aparecem como se estivessem ali, constituídos como coisas dadas em si mesmas ou como se os nomes com os quais foram nomeados tivessem brotado da natureza e não das vivências e interesses humanos ou culturais que os definiram ou batizaram. Ao longo dos vinte capítulos de seu livro, Alves de Souza se utiliza de citações e mais citações, recortes e mais recortes, em uma espécie de mosaico de trechos de livros, fotografias, artigos ou notícias de jornais, depoimentos de pessoas, documentos de instituições públicas e privadas, sindicatos, igrejas, parlamento, etc, que vão “recheando”, “ilustrando”, “exemplificando” ou ancorando suas breves e muitas vezes simplórias afirmações ou indagações, como se tais documentos expressassem a verdade, os fatos em si, o “ocorrido tal qual”.

Em sua ilusão objetivista, o autor de “História do Acre: novos temas, nova abordagem” não se deu conta que os documentos e imagens, as fontes de pesquisa não são inocentes informações a espelhar a realidade “tal qual”. Cartas, fotografias, relatórios oficiais, atas, estudos científicos, depoimentos orais, filmes ou quaisquer outras coisas que tenham sido produzidas pelas sociedades humanas se constituem sempre como visão de mundo, representação, leitura, tradução ou interpretação da realidade, não a realidade. Os relatos, as “informações” contidas nos documentos, diz Carlo Ginzburg – lendo Marc Bloch –, “nos interessam não tanto por suas referências aos dados concretos, volta e meia, inventados, mas pela luz que lançam sobre a mentalidade de quem escreveu esses textos” (GINZBURG, 2007, p. 10).

A historiografia amazonialista produziu – historicamente - um silenciamento sobre a presença negra na Amazônia acreana. Sem o mérito, o rigor metodológico e o brilhantismo de um Euclides da Cunha, Craveiro Costa, Arthur Cezar Ferreira Reis ou Leandro Tocantins, o autor do livro “História do Acre: novos temas, nova abordagem”, mantém o mesmo silêncio, o mesmo empenho em não reconhecer e trazer para sua escrita da história a questão da diáspora negra para essa região. “Negro” é palavra maldita na obra de Alves de Souza. Emblemático disso é o capítulo 13, “Religiões: católicos e protestantes no Acre”. Nesse capítulo, as religiosidades de terreiros como o

candomblé e a umbanda, que sempre estiveram presentes nos processos de construção dos diferentes territórios da Amazônia acreana são simplesmente ignoradas.

O mais impressionante de tudo é que, enquanto o autor dedica páginas e páginas descrevendo a “evolução” do catolicismo e do protestantismo no Acre, ignora completamente uma das mais fortes e reconhecidas manifestações religiosas da Amazônia acreana, a doutrina do Daime e suas diferentes linhas. “Bebida de índio” (Ayahuasca, produzida a partir do cipó *Banisteriopsis caapi* ou jagube e das folhas *Psychotria viridis* ou chacrona) em práticas e ritos religiosos de indígenas, negros, brancos e das muitas misturas das gentes do Acre. Religiosidade articulada desde o início do século XX por negros maranhenses de indescritível presença física, espiritual e histórica, a exemplo Raimundo Irineu Serra, Daniel Pereira de Mattos e José Gabriel da Costa.

O Daime é essencialmente musical, como nos ensina Antonio Alves. Seus hinos são recebidos e transmitidos oralmente, posto que marcados pela presença da tradição oral, dos ritmos do corpo, da fala, da música, dos instrumentos de percussão. O Daime congrega tradições indígenas, afrobrasileiras, afroindígenas, esotéricas e cristãs. Articula rituais de cura, espirituais e mediúnicos (ALVES, 2009). O Daime articula saberes e conhecimentos marcados pela presença negra em suas comunidades fundadoras, pelas trocas e aprendizagens com conhecimentos milenares de habitantes da floresta amazônica e da região andina, bem como pelas muitas outras misturas e possibilidades. Porém, nada disso despertou o interesse e a atenção do autor de “História do Acre: novos temas, nova abordagem”.

Em síntese, embora anuncie combate aos autores da “historiografia tradicional”, Carlos Alberto Alves de Souza, com sua pretensa “nova abordagem”, adota seus postulados. Nele, a ideia de “deserto” cede lugar à de “povoamento”. A palavra “progresso” vira sinônimo de “evolução” histórica, administrativa, urbana, econômica, populacional, entre outros. Os estereótipos da indolência, preguiça, lascívia, bebedice, lançados sob os homens e mulheres da região se mantêm retocados por termos como “festeiro”, “cachaceiro”, “brigão”, “violento”. Por fim, a ideia de “desenvolvimento” é diluída na reduzida divisão espacial entre “centro” e “periferia”.

Para finalizar pensamos ser necessário reafirmar nossa recusa à condição de seres miméticos. Recusa à noção de uma “história universal”, uma temporalidade, uma espacialidade, uma cultura, uma humanidade, uma língua, um deus, uma literatura, uma

arte, um conceito, uma gramática, um verbo, uma identidade, uma música, um mundo, uma igualdade (a universal que apaga nossas diferenças), uma liberdade (do *laissez-faire*, *laissez-passer*). Recusa à ficção da verdade é da razão única.

Concluimos com a disposição de olhar para o horizonte e procurar nas diferenças as possibilidades em um mundo absolutamente imprevisível, um mundo habitado não pelo homem, mas pelos homens (ARENDDT, 2008), atualizando princípios que nos possibilitem uma escrita da história distante dos assédios do mercado e da tutela dos “homens de poder”, dos comodismos, modismos e da servidão epistemológica que sustenta de forma atávica as “interpretações” históricas daqueles que jazem na lógica do vazio, à espreita do abismo sem suspeitar, no dizer de Nietzsche, que esse abismo também os espreita.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Antonio. **Palestra em debate realizado no dia 26/09/2009**, na Casa Paroquial da Catedral Nossa Senhora de Nazaré, em Rio Branco, Acre, promovida pelo Instituto Ecumênico.
- ARENDDT, Hannah. **A promessa da política**. Organizado por Jerome Kohn. Tradução de Pedro Jorgensen. Rio de Janeiro: Difel, 2008.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 5ª edição, São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- CRAVEIRO COSTA, João. **A conquista do deserto ocidental: subsídios para a história do Território do Acre**. 2ª Ed., São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1973.
- DARNTON, Robert. **Boemia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime**. Tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- EUCLIDES DA CUNHA. **À margem da história**. Lisboa: Editora Lello Brasileira, 1967.
- EUCLIDES DA CUNHA. **Um paraíso perdido: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia**. Organizado por Leandro Tocantins. Rio de Janeiro: José Olympio Editora; Rio Branco (AC): Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos, as Cultura e do Desporto do governo do Estado do Acre, 1986.
- FERREIRA REIS, Arthur César. **Conquista do Acre**. Tese ao III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia, s/d, p.18 (mimeo.)
- GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. Tradução de Rosa Freire D'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: identidade e mediações culturais**. Tradução de Adelaine La Guardia e outros. Belo Horizonte: Editora da UFMH, 2003.
- MATTOS, Olgária. “Memória e história em Walter Benjamin”, In: **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA – DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO**

**HISTÓRICO.** O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: – DPH, 1992, pp. 152.

NIETZSCHE, Friedrich. **Para além do bem e do mal:** prelúdio a uma filosofia do futuro. São Paulo: Martin Claret, 2002.

SOUZA, Carlos Alberto Alves de. **História do Acre:** novos temas e nova abordagem. Rio Branco: MM Paim, 2002.

TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido. **O vale do Amazonas:** a livre navegação do Amazonas, estatística, produção, comércio, questões fiscais do vale do Amazonas. 3ª ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, Brasília: INL, 1975.

TOCANTINS, Leandro. **Formação história do Acre.** 4ª Ed., Brasília: Gráfica do Senado Federal, 2001.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura.** Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

**Recebido em: 30 de setembro de 2015**

**Aceito para publicação em: 30 de outubro de 2015**